

Franco diz que não vai flexibilizar o câmbio

Elton Brasil
 Getúlio Bittencourt
 de Nova York

O governo brasileiro não vai flexibilizar o câmbio depois da eleição presidencial, avisou ontem o presidente do Banco Central (BC), Gustavo Franco, durante almoço com banqueiros e executivos no Conselho das Américas. Ele disse que a experiência do Plano Cruzado mostrou que não se deve deixar para depois da eleição o que deveria ser feito antes: "O governo não quer aumentar e não reduzir a credibilidade", ressaltou.

Na exposição que fez antes de responder a perguntas da audiência, Franco tratou de três temas: reformas estruturais da economia, o programa de privatização e o equilíbrio do orçamento. Ele prometeu repetir sem alterações em dois seminários ligados à Universidade de Harvard amanhã em Boston, depois de sua passagem hoje por Washington para participar da reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Plano Real abriu espaço para o Brasil desmontar o modelo de substituição de importações e integrar a economia globalmente, disse Franco. O programa de privatização está transferindo a responsabilidade de novos investimentos ao setor privado. E o equilíbrio do orçamento — a tarefa mais difícil — definirá o que os governos federal, estaduais e municipais podem fazer com os recursos.

David Roberts, executivo do NationsBanc Montgomery Securities: Qual a agenda fiscal do governo brasileiro, e o que pode antecipar a respeito da reforma previdenciária?

Gustavo Franco: Não é propriamente uma agenda, mas onde eu acho

que haverá ação no Brasil é na relação entre os governos estaduais e o governo federal. A discussão com os governos estaduais vai ser quente em relação a restrições para endividamento, à receita de impostos, e à nossa capacidade para extrair medidas de austeridade dos estados.

Pergunta de Thomas J. Trebat, executivo do Citicorp: Como o governo brasileiro está administrando o custo de suas reservas em moedas fortes?

Franco: Esses custos costumam ser superestimados. Se eles têm relação com o diferencial de taxas de juros, o custo de empréstimos do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) fica em torno de 7% ao ano, enquanto o Brasil emite títulos cambiais com custo de 8,5% a 9% acima do dólar. Em termos do nosso programa de estabilização, é um custo significativo, mas razoável.

Pergunta de Gene Frieda, economista da IDEA: Como o Brasil pretende administrar os estrangulamentos ao seu crescimento econômico, produzidos pelo déficit de contas correntes, num momento em que a economia está em recessão devido aos efeitos da crise asiática?

Franco: Sabemos que é difícil atacar ao mesmo tempo problemas como distribuição de renda e competitividade: é preciso obter ganhos de produtividade bastante elevados. Mas estamos conseguindo, o que nos dá a esperança de que no futuro nossas exportações vão crescer mais rapidamente, e assim retirar o estrangulamento do balanço de contas correntes ao crescimento. Esperamos também aumentar a poupança interna.

Pergunta de Scott Kuhner, executivo do Garantia Banking: Que nível de taxa interna de juros o deixaria confortável para não perder reservas em moedas fortes?

Franco: Há um debate intenso no Brasil atualmente sobre o nível em que devem estar as taxas de juros internas, envolvendo a taxa nominal e o nível atraente para diferentes tipos de investidores. Nosso objetivo é o de encontrar a combinação certa. Gostamos de assistir a debates que mostram o que se perde e o que se ganha com esta ou aquela taxa. É bom ficar consciente de que com uma medida que se adota, acontecem coisas boas aqui e coisas ruins ali.

Pergunta de Scott Kuhner, do Garantia: Mesmo que o Brasil faça tudo certo, uma crise externa como a da Ásia pode trazer novas pressões sobre a moeda brasileira?

Franco: Eu ouvi comentários sobre a vulnerabilidade do Brasil depois da crise cambial do México (em dezembro de 1994), e voltei a ouvi-los com a crise na Ásia. Mas o Brasil é um país grande, e o setor externo representa apenas cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB). A próxima crise pode vir de qualquer lugar.

Pergunta de um jornalista da Dow Jones & Co: Há hipótese de o Brasil reduzir o ritmo da desvalorização do real?

Franco: Esta é uma teoria que vem sendo discutida. No BC, temos pesos com fé nessa hipótese.

Pergunta de David Malpass, economista senior da Bear Stearns & Co: O governo pretende flexibilizar o câmbio após as eleições?

Franco: É verdade que existe mui-

ta fé na flexibilização do câmbio como um modelo superior. Mas pensar que o governo vai mudar as regras cambiais depois da eleição é algo sem fundamento. Nós temos a memória no Brasil do que aconteceu no fim do Plano Cruzado, para mostrar que a pior coisa que se pode fazer é você deixar para depois da eleição o que deveria ter feito antes. Quando aconteceu a crise asiática, dobramos a taxa interna de juros e propomos um esforço de ajuste fiscal de 5% do PIB, a despeito da eleição.

Pergunta de Robin Krasny, executivo da Société Générale: Como fica a situação dos bancos brasileiros, que eram beneficiários da inflação, com o plano de estabilização?

Franco: Esta é uma área em que nossa experiência tem sido muito rica, tanto em termos de ações do BC como do setor privado interno e externo. Os bancos brasileiros demonstraram muita eficiência durante o período inflacionário, mas o negócio deles mudou com a estabilização. Usando os bancos norte-americanos como parâmetro, nós ainda temos algum trabalho a fazer, especialmente na área dos bancos estatais e estaduais. O tamanho do setor estatal de bancos será, no final de 1999, apenas 5% do que era em 1994. Estamos para privatizar o Banespa, que tem US\$ 56 bilhões em ativos; o segundo, maior a ser privatizado tem cerca de US\$ 13 bilhões em ativos. Vários bancos estrangeiros demonstraram interesse por esses bancos. A compra do Bamerindus pelo HSBC foi um ponto de referência no setor, marcando a entrada dos bancos estrangeiros no setor de banco de varejo no país.